



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei Federal nº 14.133/21

1.0 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência (TR) visa a aquisição de soluções parenterais de grande volume e solução fisiológica tópica., conforme descrições dos itens 2.1 deste TR.

1.2 Com a presente aquisição para atendimento do Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta e dos atendimentos das Unidades Básicas de Saúde sob gestão plena da Secretária Municipal de Saúde do município.

1.3 A ata de registro de preço resultante desse certame licitatório terá validade de 12 (Doze) meses, a partir da sua publicação e assinatura com instrumento contratual prorrogável respeitado os dispositivos do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

2.0 DO OBJETO

2.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de Soluções Parenterais de Grande Volume e Solução Fisiológica Tópica, **conforme quantitativo e especificações e valores que estão descritas abaixo:**

CÓD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVO 2024
126.002.577	SOLUCAO RINGER LACTADO, FRASCO C/ 500ML	UND	12000
126.002.579	SOLUÇÃO RINGER LACTATO C/ 250ML	UND	10000
126.001.682	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% ESTERIL, BOLSA C/ 1000ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA	UND	10000
126.001.684	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% ESTERIL, BOLSA C/ 500ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA*	UND	25000
126 001 683		UND	34000

126.001.681	SOLUCAO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTERIL, BOLSA C/ 250ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA*	UND	30000
126.005.673	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% C/500 ML COM GOTEJADOR (TÓPICA)	FRASCO	5000
126.001.685	SOLUCAO GLICOSADA 5% (SORO GLICOSADO 5%) ESTERIL, BOLSA C/ 1000ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA	UND	3000
126.001.687	SOLUCAO GLICOSADA 5% (SORO GLICOSADO 5%) ESTERIL, BOLSA C/ 500ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA*	UND	18000
126.001.686	SOLUCAO GLICOSADA 5% (SORO GLICOSADO 5%) ESTERIL, BOLSA C/ 250ML SISTEMA FECHADO,CONFORME RDC 45 DA ANVISA*	UND	15000
126.002.272	SOLUCAO GLICOSADA 5 % (SORO GLICOSADO 5 %) ESTERIL, BOLSA C/ 100ML SISTEMA FECHADO, CONFORME RDC 45 DA ANVISA	UND	14000

3.0 DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1 A Fundamentação da aquisição e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Com a presente aquisição almeja-se dar continuidade ao ressuprimento de soros e soluções necessárias aos pacientes assistidos nas unidades de saúde. Tendo em vista que os materiais solicitados neste termo são de uso contínuo e que esta Secretaria Municipal da Saúde visa suprir às demandas dos serviços, a aquisição dos itens é indispensável para a continuidade dos serviços. Salientamos ainda que sua disponibilidade e utilidade é importante em uma variedade de situações clínicas que fazem dela um item essencial em qualquer ambiente médico.

3.3 O objeto da aquisição está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme anexado no item 3.0 do Estudo Técnico Preliminar.

4.0 JUSTIFICATIVA E DA QUANTIDADE

4.1 A quantidade prevista a ser adquirida teve como parâmetro as quantidades adquiridas nas últimas contratações de processos anteriores com o mesmos objetos, realizadas pelo Fundo Municipal de Saúde, além disso foi considerado a Memória de Cálculo 2024 de 20/02/2024 (ID 1030393) e os quantitativos informados no Plano de Contratação Anual 2024 de 10/11/2023 (ID 919099). Os soros e soluções serão destinadas a atender às necessidades e demandas do Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta e dos atendimentos das Unidades Básicas de Saúde, dando continuidade dos procedimentos e as demandas das reais necessidades dos serviços de saúde. Considerando que é essencial aos pacientes internados no Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta, bem como aos que são atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, para manter a saúde e bem-estar dos mesmos. A falta dessa aquisição pode interromper ou comprometer seriamente o tratamento médico, levando a consequências negativas para a saúde dos pacientes. Portanto, é fundamental para garantir a saúde, segurança e eficácia de diversos procedimentos médicos, além de desempenhar um papel vital na manutenção do equilíbrio e bem-estar do corpo humano.

5.0 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Onde conclui-se eventual aquisição de solução fisiológica para dar a continuidade ao estoque das Unidades Básicas (UBS), Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta e o cuidado da saúde da população. Dando seguimento aos pacientes, que fazem tratamentos ou necessitam das soluções fisiológicas, para tratar e/ou preservar a saúde. Os mesmos se dará através do Sistema de Registro de Preços (Pregão Eletrônico), haja vista que o processo licitatório se dá pelas características do objeto, não sendo possível a definição previa do quantitativo a ser demandado pela Administração. Esta solução evita que as soluções fisiológicas fiquem em estoque e percam sua validade, sendo sua aquisição proporcional à demanda. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, tendo obrigatoriamente a TABELA CMED (PMVG) como referência de preço para todos os itens. Ademais, as Unidades Básicas (UBS) e o Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta desempenham um papel crucial no atendimento a emergência e situações críticas. Esses locais precisam estar preparados para fornecer solução fisiológica de emergência, como Solução Ringer lactato, Solução Fisiológica de cloreto de sódio e outros que possam ser necessários em casos de urgência. A aquisição contínua é necessária, tendo em vista que o Hospital e as Unidades Básicas (UBS) atendem a uma variedade de pacientes com diferentes condições médicas, sendo essencial para garantir a disponibilidade de opções de tratamentos adequados para diferentes doenças e pacientes.

6.0 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 O objeto referente a esta contratação deverá ser entregue pelo fornecedor, dentro do prazo estabelecido, a fim de garantir a continuidade do tratamento dos pacientes e de acordo com as especificações mínimas do edital e este termo de referência, ficando a critério da administração o aceite de configurações superiores, desde que compatíveis com a necessidades da secretária.

6.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.4 Substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.7 Atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber;

6.8 Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração;

6.10 As Soluções Fisiológicas devem ser transportados em condições adequadas de armazenamento, a fim de preservar a sua qualidade e segurança. O fornecedor deve apresentar capacidade técnica e infraestrutura adequada para a realização do serviço de entrega, incluindo veículos refrigerados, embalagens apropriadas, segurança no transporte e profissionais habilitados para atividade.

6.11 O fornecedor deve ser registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a fim de garantir a segurança e efetividade do serviço prestado.

7.0 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Será adotada a aquisição e entrega parcelada de material, tendo em vista o atendimento das demandas da Secretaria de Saúde, que poderão fazer suas solicitações em períodos diversos do ano, de acordo com sua viabilidade orçamentária. Disposto encontra-se aplicável na presente

demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto na maior parte dos itens.

7.2 Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

7.2.1 Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação.

7.2.2 Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos soros e soluções no período de validade.

8.0 CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento do empenho e/ou requisição ou (ordem de serviço). A entrega dos soluções fisiológicas deverá ser efetuada no Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF, localizada no pátio do Hospital Municipal e Maternidade Ana Neta, situada à Avenida JK, nº 62, Bairro Alvorada, de segunda a sexta-feira das 07:00 às 17:00 horas.

8.2 Os produtos deverão ser entregues na Central de Assistência Farmacêutica, no local apropriado existente; será adotada a aquisição e entrega parcelada de bens;

8.3 Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da nota de empenho, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.0 GARANTIA

9.1 Os materiais deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

9.1.2 No caso de substituição do material, o item substituído terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao material, a contar da data em que ocorrer a substituição.

9.1.3 A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a

comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

10.0 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

10.1 Não serão recebidos materiais com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência;

10.2 Nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021, os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante o termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório.

10.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;

10.4. O material entregue com defeito ou fora das especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação;

10.5 A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

10.6 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita entrega dos bens adquiridos, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento;

10.7 Validade do Item/produto: Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega;

10.7.1 Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação.

10.7.2 Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega,

obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos soros e soluções no período de validade.

11.0 PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos itens, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta ON LINE junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.

12.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta;

12.2 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM, em atenção ao Art. 6, § 1º, Inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021;

12.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso, §§ III, da Lei nº 14.133/2021.

12.4 Os preços de referência serão definidos por meio de cotação de preços, atas de registro de preço atualizadas, por meio de bancos de preços ou outro método válido utilizado pelo setor competente;

12.5 Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

12.6 Será adotada a aquisição e entrega parcelada de material, tendo em vista o atendimento das demandas da Secretaria de Saúde.

13.0 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1 QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.
- e) No caso de ser representado por procurador, deve-se apresentar a documentação conforme a letra d .
- f) Ser acompanhada pela procuração pública ou privada (neste último caso reconhecida firma em cartório).
- g) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica: CNPJ - expedidos pela Secretaria da Receita Federal;

14.0 QUALIFICAÇÃO FISCAL

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas " a " do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social INSS), dentro da validade;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- e) Prova de inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho da sede ou domicílio da licitante.

15.0 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- c) Por se tratar de aquisição de bens de pronta entrega fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial e as demais peças contábeis.

16.0 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 A empresa licitante deve apresentar cópia dos seguintes documentos junto à proposta formal:

16.1.1 Alvará Sanitário válido da empresa licitante emitido pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado ou Município, com descrição das atividades fins de acordo com o objeto este edital;

16.1.2 Autorização de Funcionamento (AFE) válida da empresa proponente, emitido pela ANVISA, com autorização para as atividades fins de acordo com o objeto deste edital;

16.1.3 Registro válido do produto emitido pela ANVISA para todos os itens.

16.1.4 Para os produtos isentos de registro na ANVISA, a empresa arrematante deverá comprovar essa isenção através de:

a) Documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o insumo é isento de registro; ou

b) Resolução da Diretoria Colegiada RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

17.0 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação é de R\$ 2.308.080,00 (dois milhões, trezentos e oito mil e oitenta reais).

Conforme [Análise DA COTAÇÃO de 07/03/2024 \(ID 1053332\)](#) (Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

18.0 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesa decorrentes da presente aquisição ocorrerão por conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias e previstas no PPA, LDO e LOA do ano corrente.

18.2 As aquisições será atendida pela seguinte dotação:

a) 12.00 - Fundo Municipal de Saúde

b) Fonte de Recurso: 1.500.00

c) Fonte de Recurso: 1.600.00

d) Atividade: 2070 - Assegurar a Manutenção das Atividades da Atenção Primária

e) Atividade: 2144 - Assegurar a Manutenção da Farmácia Hospitalar

f) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

19.0 DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

19.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

19.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/2021 demais normas complementares e disposições Ata de Registro de Preços, deste Termo de Referência e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

19.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/2021.

19.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

19.6. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

20.0 DA VIGÊNCIA DA ATA

20.1 A validade da ata de registro de preço será de 1(um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

21.0 DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

21.1 A administração e o Gerenciamento da Ata de Registro de Preço caberão ao Gerente de Registro de Preço da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, auxiliado pela Secretaria solicitante.

22.0 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

22.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

22.2 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

22.3 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

22.4 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.4.1 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta PMPB o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

22.4.2 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

22.4.3 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

22.5 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

22.6 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Parágrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

23.0 DA PRORROGAÇÃO

23.1 O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de será de 1(um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

23.2 A presente Ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

23.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. Conforme Parágrafo único do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

24.0 REVISÃO DE PREÇOS

a) A relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA DA ATA e a retribuição desta PMPB para a justa remuneração dos fornecimentos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta apresentada.

b) O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

c) O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Gerente do Sistema de Registro de Preços desta Prefeitura, com identificação do instrumento a que se refere.

d) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

e) Na hipótese de a DETENTORA DA ATA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos

similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico financeiro do pactuado.

f) Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133/2021.

g) Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

25.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste edital;

25.2. Entregar os materiais de acordo com o especificado no Termo de Referência;

25.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a administração;

25.4 Manter, durante toda a execução do fornecimento dos materiais, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;

25.5 Informar a Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

25.6. As entregas serão de acordo com as necessidades das instituições, sendo que o prazo de entrega conforme item 12.0 deste Termo de Referência, conforme as necessidades da secretarias contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura da Ordem de Fornecedor ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

25.7. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 15 (dez) dias úteis os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

25.8. Fornecer os Materiais, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

25.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros

25.10. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no fornecimento dos materiais;

25.11. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender todas os pedidos de empenhamentos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

25.12. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante nota de empenho, a qual poderá ser entregue via ofício ou e-mail, devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

26.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos materiais a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste edital.

26.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

26.3. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

26.4. Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste edital.

26.5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.

26.6. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

26.7. Gerenciar a ata de registro de preços nos termos definidos nas Legislações, fazendo cumprir as determinações nela impostas.

27.0 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

27.1 A entrega do objeto ou execução dos serviços será acompanhada pela Comissão de recebimento, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidões, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.

27.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

27.3. O Chefe do Poder Executivo, bem como Gestor designado, poderá nomear fiscal de contrato.

28.0 DAS PENALIDADES/SANÇÕES:

28.1 - Penalidades / sanções:

28.1 Advertência: será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.

28.2. Multas: 21.2.1. 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor do(s) produto(s) entregue(s) com atraso;

28.2.2. 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor do(s) produto(s), pelo atraso na substituição ou na regularização daquele(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

28.2.3. 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor unitário do produto, pelo atraso no reparo ou na substituição deste durante o período de garantia, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor;

28.2.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor do(s) produto(s) entregues em desacordo com as especificações do edital. Fica afastada a incidência do subitem anterior na hipótese em que a substituição/regularização ocorrer dentro do prazo inicialmente estipulado para a entrega; e,

28.2.5. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

28.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a PMPB poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

28.4. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a DETENTORA DA ATA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

28.5. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

28.6 A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela PMPB, sem aplicação de juros de mora.

28.7. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a PMPB encaminhará, no 1º (primeiro) dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à DETENTORA DA ATA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

28.7.1 As multas são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e,

28.7.2 Na hipótese de a DETENTORA DA ATA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a PMPB inscreverá o valor em dívida ativa.

28.8 IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Pimenta Bueno - RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da PMPB, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos seguintes casos:

28.8.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.8.2 Dar causa à inexecução total do contrato;

28.8.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.8.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.8.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.8.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

28.9. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

28.9.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

28.9.2 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.9.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.9.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

28.9.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013. 21.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a PMPB, exigidos, cumulativamente:

28.10.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

28.10.2 pagamento da multa;

28.10.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

28.10.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

28.10.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

28.11. Além das penalidades citadas, a(s) DETENTORA(S) DA ATA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores da PMPB e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

28.12. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta PMPB, a(s) licitante(s) ou a(s) DETENTORA(S) DA ATA, conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

28.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

28.14. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

29.0 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

29.1. Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário, deverá ser previamente consultada a Secretaria emitente deste termo.

29.2. Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação do serviço ou entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

29.3. Fica estabelecido o foro de Pimenta Bueno RO, para a resolução de quaisquer conflitos de natureza jurídica;

29.4. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Superintendência de Compras e Licitações, no telefone (69) 98169 9972.

Pimenta Bueno/RO, 10 de Abril de 2024.

Elaborado por: Ariane Conceição Gonçalves de Moura
Coordenadora de Planejamento das Compras e ETP

Aprovado por: Rosangela Siqueira da Silva
Superintendente Especial dos Fundos Municipais de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Conceicao Goncalves de Moura, Coordenadora de planejamento das compras e ETP**, em 10/04/2024 às 14:18, horário de Pimenta Bueno/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 5.836 de 29/10/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Siqueira da Silva, Super. Especial dos Fundos Municipais de Saúde**, em 10/04/2024 às 14:19, horário de Pimenta Bueno/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 5.836 de 29/10/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.pimentabueno.ro.gov.br, informando o ID **1096233** e o código verificador **5DE6C3CD**.

Referência: [Processo nº 1-1944/2024](#).

Docto ID: 1096233 v1